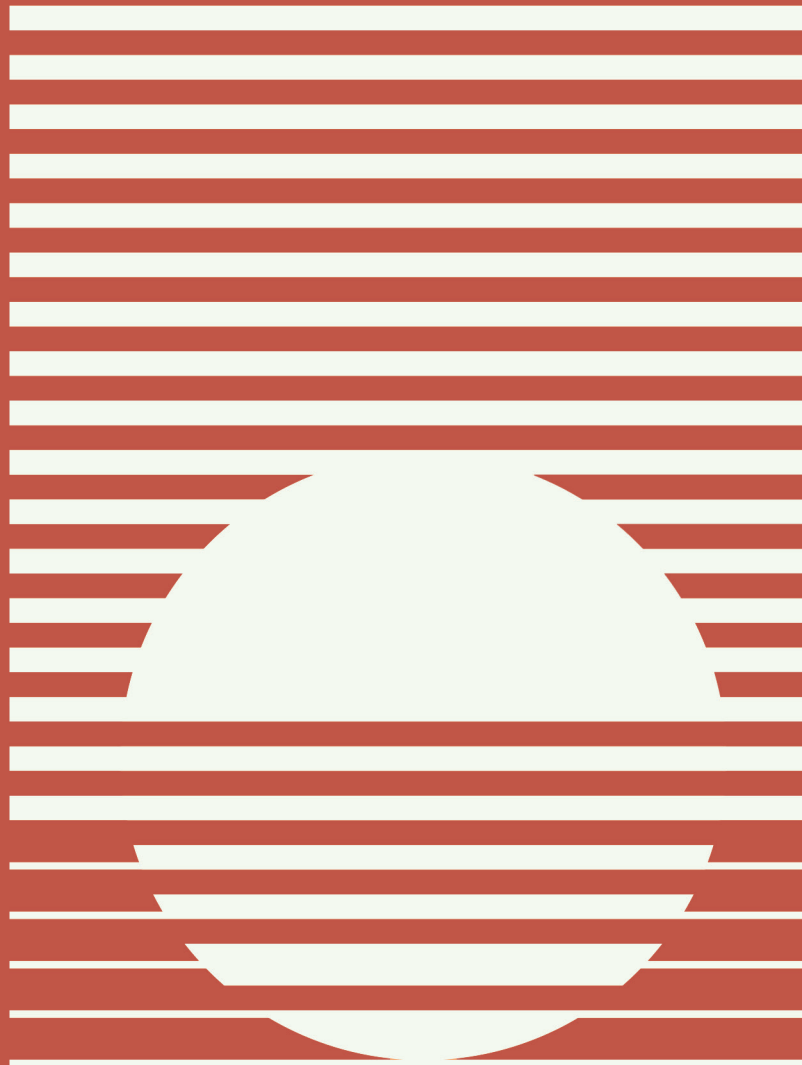


CONJUNTURA



08
2018

CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Juliana Pinto Lemos da Silva

Editor Adjunto: Diogo Ives de Quadros

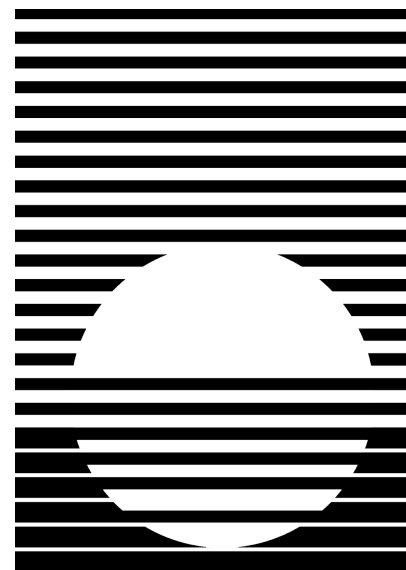
Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Conde, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar Chaves, Livia Liria Avelhan, Luã Braga de Oliveira, Maria del Carmen Villareal Villamar, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Niury Novacek Gonçalves de Faria, Pablo Saturnino Braga.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Documento de Comitê da ONU sobre Lula gera repercussão internacional

Brasil e Argentina fazem acordo para uso de delações da Lava Jato

Maduro é alvo de atentado na Venezuela

Página 05

Migração venezuelana na América Latina se intensifica

Crise migratória venezuelana repercute na região

Página 06

Bolívia: tensões envolvendo narcotráfico e militarização da fronteira pela Argentina

Colômbia inicia processo de saída da Unasul

Mario Abdo Benítez toma posse como presidente no Paraguai

Página 07

Presidente recém-eleito no México se destaca por ativismo diplomático

México e EUA chegam a um acordo sobre o NAFTA

China e ASEAN discutem Código de Conduta no Mar do Sul da China

Página 08

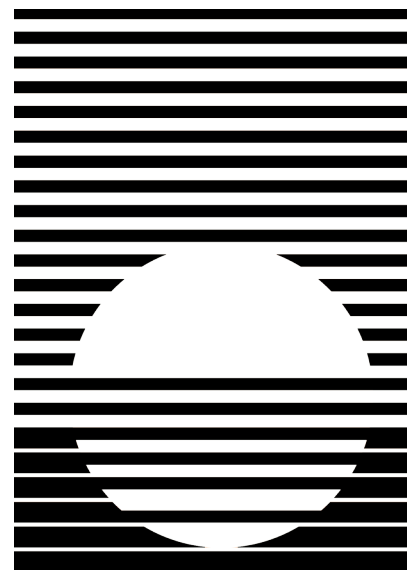
Reivindicação dos direitos das mulheres na América Latina

ONU denuncia genocídio do povo Rohingya na Ásia

Página 09

Efeitos das mudanças climáticas não preocupam Trump

Vazamentos de minérios causam prejuízos à saúde



Documento de Comitê da ONU sobre Lula gera repercussão internacional

No dia 17 de agosto, o Comitê de Direitos Humanos da ONU enviou um documento ao governo brasileiro em que solicitava a observância da manutenção da candidatura do ex-presidente Lula, preso desde abril e líder nas pesquisas de intenção de voto à Presidência. Dois dias antes, a Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, havia recomendado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que a candidatura do ex-presidente fosse impugnada. O Comitê é um órgão formado por especialistas internacionais independentes para monitorar o cumprimento dos dispositivos do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, assinado pelo Brasil em 1992 e internalizado por meio do decreto nº 592. De acordo com o Pacto, os direitos políticos de Lula devem ser mantidos até o esgotamento dos recursos, o que englobaria sua participação na campanha eleitoral e o encontro com membros de seu partido. O documento menciona aspectos técnico-jurídicos e não analisa o mérito da questão. Entre as notícias apresentadas pela mídia brasileira, foi constante o questionamento sobre a validade do Pacto e a defesa da prevalência da inelegibilidade de Lula, por meio da Lei da Ficha Limpa. Veículos de informação de outros países também noticiaram o fato com destaque. Na América do Sul, jornais de Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Peru e Uruguai abordaram o tema, relacionando a manifestação do Comitê com o cenário eleitoral. O documento do comitê também foi noticiado em reportagens de circulação internacional, como Al Jazeera, Reuters e The Guardian. Os advogados de Lula utilizaram a manifestação do comitê como base da defesa de Lula, apresentada ao TSE em 30 de agosto, para assegurar a participação do ex-presidente no horário eleitoral.

Fontes: [Al Jazeera](#), 17/08/2018; [The Guardian](#), 17/08/2018; [Reuters](#), 17/08/2018; [O Globo](#), 17/08/2018; [Estadão](#), 17/08/2018; [Folha de São Paulo](#), 30/08/2018; [Latitude Sul](#), 03/09/2018.

Brasil e Argentina fazem acordo para uso de delações da Lava Jato

No mês de agosto de 2018, a Procuradoria-Geral da Argentina anunciou um acordo com o Ministério Público Federal do Brasil para o compartilhamento de informações judiciais sobre o caso da empresa Odebrecht. O acordo permitirá que as autoridades

argentinas tenham acesso às provas reveladas por meio de delações premiadas e de acordos de leniência firmados no Brasil. Há três projetos da Odebrecht na Argentina que são alvos de investigação: uma estação de tratamento de água, uma estrada de ferro e a ampliação de gasodutos. O procurador-geral interino da Argentina, Eduardo Casal, afirmou que o texto do acordo respeita os convênios internacionais assinados pelos dois países, bem como os princípios e normas jurídicas internas de ambos. Nesse sentido, a equipe de trabalho de Casal atuará de acordo com as convenções da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra a corrupção e conforme o protocolo de cooperação judicial do Mercosul.

Fontes: [Folha de São Paulo](#), 03/08/2018; [Clarín](#), 03/08/2018; [UOL](#), 03/08/2018; [Agência Brasil](#), 03/08/2018; [La Nación](#), 04/08/2018.

Maduro é alvo de atentado na Venezuela

NO presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, foi alvo de um atentado no dia 04 de agosto, durante um desfile militar em Caracas. O atentado foi realizado por dois drones que explodiram próximo ao palco onde Maduro discursava. No Twitter, um grupo autointitulado Movimento Nacional Soldados de Camiseta assumiu o ataque, que chamou de Operação Fênix, mas não forneceu maiores informações. Inicialmente, foram detidas sete pessoas pelo ataque, contudo, ao longo do mês de agosto, o procurador-geral da República anunciou que 43 pessoas estavam envolvidas no plano. No grupo, encontram-se militares reformados e oficiais que ocuparam posições do alto escalão das Forças Armadas do país. O Tribunal Supremo de Justiça emitiu 12 pedidos de extradição à Colômbia, à Espanha, ao Peru e aos EUA por supostos responsáveis que estariam nesses países. Foram acusados como mandantes do atentado Juan Requesens e Júlio Borges, deputados do partido opositor Primero Justicia. Requesens foi preso, enquanto Borges encontra-se exilado na Colômbia. Para permitir a prisão, a Assembleia Nacional Constituinte suspendeu a imunidade parlamentar de ambos. Maduro acusou também os governos da Colômbia e dos EUA de planejar sua morte, visto que os conspiradores teriam se preparado para o atentado em um sítio em território colombiano e que os financiadores do ataque estariam no estado da Flórida, segundo o próprio Maduro. Parte da mídia e da oposição na Venezuela questionou não apenas

a versão do governo sobre os responsáveis, mas a própria veracidade do ocorrido. Uma das versões afirma que, na verdade, foi uma explosão acidental de um tanque de gás em um apartamento próximo. O presidente também foi criticado por utilizar o caso para endurecer a repressão à oposição e desviar o foco da crise econômica do país. O Grupo de Lima condenou os pedidos de prisão dos deputados opositoristas e pediu que Maduro conduza uma investigação independente e com transparência.

Fontes: [G1](#), 04/08/2018; [El País](#), 08/08/2018; [El Comercio](#), 11/08/2018; [El Nacional](#), 18/08/2018; [El Universal](#), 20/08/2018; [El Universal](#), 22/08/2018; [El Nacional](#), 31/08/2018.

Migração venezuelana na América Latina se intensifica

O número de venezuelanos que cruzam a fronteira em busca de novas condições de vida na região já ultrapassa 2,3 milhões. A Colômbia é o país que mais tem recebido refugiados venezuelanos e, por isso, é considerado como termômetro da situação. No governo do ex-presidente colombiano Juan Manuel Santos, foi criado um cadastro dos venezuelanos para facilitar a absorção desses sujeitos pelos sistemas de saúde, educação e mercado de trabalho. Nos últimos meses, Colômbia, Equador e Peru têm endurecido suas políticas migratórias. Em agosto, Equador e Peru definiram a necessidade de passaporte para ingresso em território nacional, pois antes os venezuelanos podiam entrar apenas com o documento de identidade. A questão é que a emissão de passaporte na Venezuela também tem sido prejudicada em razão da situação política e social do país. Medidas como essas são preocupantes segundo Dany Bahar, pesquisador do Brookings Institution, que defende a ação conjunta dos governos da região e a implementação de políticas públicas para integrar a população refugiada nos países receptores. A lacuna na administração do fluxo migratório já tem trazido resultados negativos, a exemplo do Brasil. No dia 18 de agosto, venezuelanos foram agredidos por brasileiros na cidade de Pacaraima, em Roraima. Após as agressões, cerca de 1200 venezuelanos voltaram para a Venezuela. Sob gritos de “fora venezuelanos”, os refugiados afirmaram que tentarão retornar ao Brasil. O Brasil recebe apenas 2% dos refugiados venezuelanos. Os principais países de trânsito ou destinos regionais são Colômbia, Peru, Equador, Chile e Argentina, e os principais destinos extrarregionais são EUA e Espanha. Pesquisa realizada com refugiados em Pacaraima revelou que 58% estão transitoriamente no país.

Fontes: [El Nacional](#), 18/08/2018; [BBC](#), 21/08/2018; [Istoé](#),

21/08/2018; [Exame](#), 26/08/2018; [El País](#), 27/08/2018.

Crise migratória venezuelana repercute na região

Em agosto, houve grande repercussão das migrações em massa de venezuelanos para países vizinhos, levando os países receptores a adotarem diversas medidas. No Equador, centenas de venezuelanos foram impedidos de ingressar no país por uma decisão do Ministério do Interior determinando a obrigatoriedade de passaporte. Os venezuelanos reivindicavam a criação de um corredor humanitário em território equatoriano, com destino ao Peru. A decisão repercutiu negativamente no país, levando a Defensoria Pública a autorizar a dispensa de passaporte nos casos de crianças e adolescentes e a reivindicar que a exigência fosse inteiramente suspensa. No fim do mês, os venezuelanos comemoraram a decisão do Tribunal de Quito de anular a medida do Ministério de Interior e autorizar a livre passagem humanitária. O governo do Peru também determinou a apresentação de passaporte para venezuelanos ingressantes no país, alegando que a requisição do documento teria como objetivo um melhor controle da situação. No Brasil, com o apoio de órgãos das Nações Unidas, foram tomadas medidas para a transposição dos venezuelanos para vários estados. Alegando receio quanto à escalada da violência entre brasileiros e venezuelanos, além do perigo de epidemias, o governo de Roraima pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a suspensão da entrada dos migrantes. A solicitação foi negada pela ministra Rosa Weber. Representantes dos órgãos de migração do Peru e da Colômbia reuniram-se para discutir medidas para gerir a crise e anunciaram a construção de um banco de dados compartilhado para controlar os fluxos migratórios. No dia 30 de agosto, um encontro ocorrido em Bogotá reuniu autoridades de Colômbia, Peru, Equador e Brasil para discutir medidas conjuntas para controlar a crise na região. Na Venezuela, uma comissão de parlamentares venezuelanos se reuniu com o ministro das Relações Exteriores do Brasil para discutir a escalada da crise.

Fontes: [Folha de São Paulo](#), 06/08/2018; [Folha de São Paulo](#), 08/09/2018; [El Mercurio](#), 16/08/2018; [El Mercurio](#), 19/08/2018; [G1](#), 20/08/2018; [El Mercurio](#), 20/08/2018; [El Comercio](#), 22/08/2018; [El Mercurio](#), 24/08/2018; [El Nacional](#), 27/08/2018; [El Nacional](#), 28/08/2018; [El Nacional](#), 28/08/2018; [El Comercio](#), 29/09/2018.

Bolívia: tensões envolvendo narcotráfico e militarização da fronteira pela Argentina

Em agosto, ocorreu na Bolívia uma série de eventos ligados à produção de coca, de cocaína e ao combate ao narcotráfico. O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) lançou documento em que consta que a produção de cocaína na Bolívia aumentou e que atualmente o país é responsável por 10% da produção global de coca. O vice-ministro de Defesa Social, Felipe Cáceres, declarou que, na região de La Asunta, existem “patrões da coca”, que possuem cinco hectares da plantação da folha, quatro a mais que o permitido pela lei do país. Além disso, afirmou que algumas plantações são utilizadas para cobrir o tráfico de cocaína, substância que, diferentemente da folha de coca, é proibida na Bolívia. Foi enviada ao local uma força tarefa conjunta para a erradicação da coca excedente. No entanto, produtores cocaleiros locais, principalmente ligados à Asociación de Productores de Coca (Adepcoca) e ao Consejo de Federaciones Campesinas de Yungas (Cofecay), resistiram à investida, e o governo suspeita da participação de uma organização armada. No dia 25, um policial foi morto e outros sete ficaram feridos em combate. O governo responsabilizou a Adepcoca pela morte. No dia 27, Franklin Gutiérrez, líder da organização, foi preso. Gutiérrez nega relação com a morte do policial. O caso chama atenção por envolver um combate entre o governo de Evo Morales, presidente do país, e setores cocaleiros, que historicamente tem sido a base do governo. Os embates ocorrem no momento em que a Argentina executa seu Plan Fronteras Protegidas, que busca fortalecer militarmente suas fronteiras para o combate ao narcotráfico e ao terrorismo. O país iniciou um operativo na cidade de La Quiaca, próxima à fronteira com a Bolívia, o que levou Morales a criticar a militarização da fronteira por parte do governo argentino, o que seria uma tentativa deste de assustar os bolivianos.

Fontes: [La Razón](#), 09/08/2018; [La Razón](#), 21/08/2018; [La Razón](#), 21/08/2018; [La Razón](#), 22/08/2018; [El Deber](#), 25/08/2018; [El Deber](#), 29/08/2018; [El Deber](#), 29/08/2018.

Colômbia inicia processo de saída da Unasul

Em 10 de agosto, o chanceler da Colômbia, Carlos García, declarou que o país sairá da UNASUL em até seis meses, cumprindo uma promessa de campanha

do presidente Iván Duque, que a considera uma instituição protetora do governo venezuelano de Nicolás Maduro. O governo também anunciou que está em consultas com os governos de Argentina, Chile e Peru para que haja uma saída coletiva. Por sua vez, em 17 de agosto, o chanceler do Brasil, Aloysio Nunes, recebeu em Brasília seu homólogo equatoriano, José Valencia, e ambos expressaram disposição para reativar a Unasul. Há poucas semanas, o presidente equatoriano, Lenín Moreno, manifestara o desejo de transformar a sede da instituição, localizada em Quito, em uma universidade indígena devido à sua paralisia nos últimos anos. No encontro bilateral, foi anunciada uma reunião para discutir a situação da Unasul com demais chanceleres da região a ser realizada em setembro, em Montevideu. Poucos dias depois, em 23 de agosto, o Equador anunciou que deixará a Alianza Bolivariana (ALBA), criticando sua incapacidade em lidar com a crise na Venezuela.

Fontes: [El Mercurio](#), 06/07/18; [El Tiempo](#), 10/08/18; [O Globo](#), 21/08/18; [El Telégrafo](#), 24/08/18.

Mario Abdo Benítez toma posse como presidente no Paraguai

Em 15 de agosto, Mario Abdo Benítez, eleito presidente do Paraguai em 22 de abril, tomou posse. Na ocasião, estiveram presentes os presidentes de Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia e Uruguai, assim como os mandatários de Guatemala e China-Taiwán, este sendo um Estado reconhecido pelo Paraguai e com o qual o país tem uma intensa agenda de cooperação. Após a posse, o novo presidente realizou suas primeiras reuniões bilaterais com os governantes da Argentina, do Uruguai e da Colômbia. Antes mesmo da posse, Abdo Benítez teve uma intensa agenda externa: visitou o Comando Sul nos EUA no mês de julho e se reuniu com os mandatários de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai, dando ênfase à integração física e energética durante as reuniões. Em 14 de agosto, o presidente eleito se reuniu com o presidente boliviano, Evo Morales, com quem discutiu as relações bilaterais e se comprometeu a apoiar processos de integração regional, incluindo a Unasul. Abdo Benítez, havia manifestado seu apoio para que a Bolívia ingressasse como membro pleno do Mercosul, apoio oficializado em 13 de agosto ainda no governo de Horacio Cartes. Em seu discurso de posse, Abdo Benítez mencionou que a integração dos países da região é um compromisso do Paraguai, que será um protagonista ativo, promovendo a complementaridade das economias e fortalecendo a conectividade para

melhorar a competitividade. Também afirmou que os países devem combater juntos o crime, especialmente nas fronteiras. Além disso, o novo presidente assinalou que os processos de integração não avançam quando se prioriza a ideologia, o que se evidencia, segundo ele, na atual crise da Unasul. Também no discurso de posse, observou que não devem existir fronteiras entre os países sul-americanos e manifestou que todos devem ser solidários com povos que sofrem violações dos direitos humanos, como na Venezuela e na Nicarágua.

Fontes: [La Razón](#), 13/08/2018; [Desde Itapua](#), 15/08/2018; [La Nación](#), 15/08/2018.

Presidente recém-eleito no México se destaca por ativismo diplomático

Restando ainda três meses para ser empossado, Manuel Obrador, também conhecido como AMLO, tem demonstrado ativismo diplomático desde que foi eleito como novo presidente do México em julho. No dia 29 de agosto, Obrador se reuniu com 22 embaixadores da América Latina e Caribe, entre eles os de Cuba e Venezuela, com vistas a coordenar a ação dos países latino-americanos em torno dos fluxos migratórios na região, sobretudo na fronteira com os EUA. Para Obrador e seu futuro chanceler, Marcelo Ebrard, o encontro sinaliza uma nova orientação a ser seguida na política externa mexicana que, além de buscar maior aproximação com os países latino-americanos e caribenhos, adotará uma estratégia alternativa para o problema das imigrações ilegais, baseada em um projeto de desenvolvimento regional e não na construção de muros e militarização das fronteiras. Um dia antes, AMLO fez sua primeira reunião como presidente eleito com o chefe de Estado de outro país, o guatemalteco Jimmy Morales, com quem tratou questões relacionadas à segurança, desenvolvimento social e intercâmbio comercial. Os encontros diplomáticos não se restringiram aos líderes políticos latino-americanos. No dia 17 de agosto, Obrador se reuniu com o ministro de Relações Exteriores do Japão, Taro Kono, para lidar com a reativação do Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica e a atração de empresas japonesas para o México. Vale lembrar que no mês de julho, AMLO já havia se encontrado com o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, através do qual encaminhou uma carta ao presidente Donald Trump com propostas para a relação bilateral entre os dois países, incluindo o Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (NAFTA), migração, narcotráfico e

cooperação para o desenvolvimento. Segundo Ebrard, a política externa de Obrador será caracterizada por mudanças importantes, inclusive em relação aos EUA.

Fontes: [El Universal](#), 14/08/2018; [Milenio](#), 17/08/2018; [El Universal](#), 23/08/2018; [Milenio](#), 26/08/2018; [Milenio](#), 26/08/2018; [El Universal](#), 28/08/2018; [El Universal](#), 29/08/2018.

México e EUA chegam a um acordo sobre o NAFTA

Em 27 de agosto, os governos do México e dos EUA chegaram a um acordo sobre o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, na sigla em inglês) após 13 meses de negociação. Destaca-se que o acordo ainda precisa ser negociado junto ao governo do Canadá que, por enquanto, não está incluído no novo NAFTA, e também deverá ser ratificado pelos legislativos dos países signatários para entrar em vigor. O novo NAFTA foca nas regras referentes à indústria automobilística. As montadoras serão obrigadas a fabricar ao menos 75% de um automóvel (antes estava previsto 62,5%) na América do Norte para receberem isenção de tarifas. Os automóveis deverão ser 40% a 45% feitos por trabalhadores que ganhem ao menos US\$ 16 por hora. Além disso, o acordo atualiza as regras sobre produtos industriais, agrícolas, propriedade intelectual e economia digital. O novo NAFTA terá vigência de 16 anos, com uma revisão prevista a cada seis anos e podendo ser estendido por mais 16. Se, por um lado, o governo mexicano afirma ser fundamental a incorporação do Canadá no acordo, por outro, o governo estadunidense declarou que, caso EUA e Canadá não cheguem a um entendimento, o NAFTA será terminado e surgirá um tratado comercial apenas entre México e EUA. Por fim, o governo do Canadá afirmou que continuará a negociar, encorajado pelo otimismo mostrado por seus parceiros de NAFTA, mas que só assinará um novo acordo que for bom para o país.

Fontes: [O Globo](#), 27/08/2018; [Folha de São Paulo](#), 27/08/2018; [El Universal](#), 28/08/2018.

China e ASEAN discutem Código de Conduta no Mar do Sul da China

Em 2 de agosto de 2018, a China e a Associação de

Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) concordaram com um projeto de Código de Conduta que lançará as bases para as negociações sobre as disputas territoriais no Mar do Sul da China, de acordo com os ministros de Relações Exteriores de Singapura, Vivian Balakrishnan e da China, Wang Yi. O acordo foi atingido na reunião ministerial anual entre a China e os Estados-membros da ASEAN, realizado em Singapura. A China tem sobreposição de reivindicações territoriais e marítimas no Mar do Sul da China com vários membros da ASEAN, incluindo Brunei, Malásia, Filipinas e Vietnã. O documento é uma tentativa de conter as tensões que surgiram quando a China começou a construir ilhas artificiais e instalações militares em águas ricas em recursos naturais que também são reivindicadas pelos países da região. O resultado será a base do futuro das negociações de um Código de Conduta final entre as partes. Observadores destacaram que o acordo mostrou que a China e a ASEAN podem avançar através da diplomacia regional, apesar do aumento das tensões, mas também alertaram que ainda há um longo caminho até o acordo final. Wang Yi, declarou que o acordo sobre o documento é um passo novo e importante para as deliberações do Código de Conduta. Wang acrescentou que a China e a ASEAN reforçariam essa confiança realizando seus primeiros exercícios conjuntos marítimos em outubro do corrente ano.

Fontes: [Reuters](#), 02/08/2018; [South China Morning Post](#), 02/08/2018; [Diário do Povo](#), 03/08/2018; [India TV News](#), 03/08/2018; [NDTV](#), 02/08/2018.

Reivindicação dos direitos das mulheres na América Latina

Na Argentina, dois meses após a aprovação do projeto de descriminalização do aborto pela Câmara dos Deputados, movimentos feministas se manifestaram frente ao Senado com a expectativa de um resultado favorável à causa. O projeto obteve 38 votos contra, 31 a favor e duas abstenções, mantendo a aplicação do Código Penal criado em 1921, mesmo o aborto sendo a principal razão da mortalidade materna no país. Apesar da decisão, a Anmat (Administração Nacional de Medicamentos, Alimentos e Tecnologia Médica, na sigla em espanhol) aprovou a fabricação e distribuição do misoprostol (medicamento abortivo), um avanço para a legalização da interrupção voluntária da gravidez. Na Nicarágua, cerca de vinte mulheres lançaram a #AlertaDefensoras, campanha em apoio às defensoras de direitos humanos encarceradas.

Elas afirmam existir uma caça às bruxas por parte do Estado e recordaram a existência das recomendações internacionais, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, que não estão sendo cumpridas pelo país. A denúncia chegou, no último dia 09, ao Grupo de Trabalho de Direitos da Mulher da ONU, onde um grupo de relatores de direitos humanos ressaltou que existe um elevado nível de violência de gênero cometida por autoridades e paramilitares, que permanecem na impunidade. Esses relatores contabilizaram 317 mortes e 1.830 pessoas feridas após 100 dias de protesto, e pediram o fim da repressão no país. No Brasil, cinco meses após a morte de Marielle Franco, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, destacou em entrevista a Globo News, que “o assassinato de Marielle implica a agentes do Estado” e admitiu travas à investigação para responder à pergunta sobre quem matou Marielle Franco e seu motorista, Anderson Gomes, e sobre quais foram os motivos para as execuções. A Anistia Internacional Brasil exigiu do governo uma comissão externa para investigação.

Fontes: [ONU](#), 09/08/2018; [Público](#), 09/08/2018; [El País](#), 16/08/2018; [El Diario](#), 19/08/2018; [ARAINFO](#), 21/08/2018.

ONU denuncia genocídio do povo Rohingya na Ásia

As Nações Unidas denunciaram o genocídio da população Rohingya em Myanmar, sul da Ásia. No dia 27 de agosto, foi divulgado relatório expondo os graves crimes contra a humanidade, realizados principalmente pelos militares, os tatmadaw, contra esta minoria que não é reconhecida como cidadãos do país. São mais de 25 mil Rohingya mortos e 750 mil que fugiram do país. Segundo o relatório da ONU, as autoridades de Myanmar estão exterminando toda a população Rohingya, torturando, estuprando e escravizando sexualmente mulheres e queimando vilarejos. O Conselho de Direitos Humanos da ONU pede que a Assembleia Geral e toda a comunidade internacional tomem providências, como sanções econômicas e pressão política, contra o país. O relatório também solicita ao Conselho de Segurança que envie o caso à Corte Penal Internacional de Haia ou que se crie um Tribunal Penal Internacional especial para julgar os militares denunciados. Os relatores da ONU também convocaram o Facebook. A rede social tem sido utilizada como instrumento de disseminação de ódio e notícias falsas que inflamam ainda mais a crise. Após a divulgação do relatório, o Facebook removeu

18 perfis e 52 páginas ligadas a entidades militares. No dia 30 de Agosto, o alto-comissário dos Direitos Humanos da ONU, Zeid Ra'ad Al-Husseini, condenou a premiada pelo Nobel da Paz, Aung San Suu Kyi, que comanda Myanmar desde 2016, por não tomar atitudes para acabar com o genocídio e recomendou que a mesma se afastasse do cargo. Aung San Suu Kyi protestou contra as acusações, defendeu a atuação do exército e declarou que não autorizou a entrada da ONU no país. O porta-voz do governo, Zaw Htay, afirmou que será criada uma comissão de investigação independente para responder às acusações da ONU.

Fontes: [Anistia Internacional](#), 23/08/2018; [Washington Post](#), 27/08/2018; [Nexo Jornal](#), 27/08/2018; [El País](#), 28/08/2018.

Efeitos das mudanças climáticas não preocupam Trump

Apesar do registro de diversas mortes, ferimentos, internações e pessoas desabrigadas ao redor do mundo em agosto em decorrência de fenômenos climáticos, o presidente dos EUA, Donald Trump, tomou medidas nesse mês que vão na contramão das políticas internacionais de preservação do meio ambiente. Em agosto, a insolação foi a responsável por 13 mil internações e 13 mortes no Japão, assim como por três mortes na Espanha. No mesmo mês, os incêndios causaram a morte de 11 pessoas na Califórnia e deixaram 25 feridos na Espanha e em Portugal. Na Ásia, as fortes chuvas e inundações no mês de agosto provocaram 34 mortes e 223 mil desabrigados na Índia, 12 mortes e 148 mil desabrigados no Myanmar e 143 feridos em Taiwan. Demonstrando pouca preocupação com os efeitos das ações humanas sobre as mudanças climáticas, Donald Trump revogou no dia 21 de agosto a política de incentivo ao uso de energias renováveis e delimitou novas regras para uso do carvão nos EUA. De acordo com análises técnicas, o aumento da emissão de dióxido de carbono pode ocasionar 1400 mortes prematuras até 2030, apenas em Nova Iorque.

Fontes: [EFE](#), 01/08/2018; [Carta Capital](#), 04/08/2018; [Sputnik](#), 04/08/2018; [DW](#), 05/08/2018; [Euronews](#), 06/08/2018; [New York Times](#), 07/08/2018; [Kyodo News](#), 07/08/2018; [Exame](#), 09/08/2018; [BBC](#), 17/08/2018; [New York Times](#), 21/08/2018; [Veja](#), 23/08/2018.

Vazamentos de minérios causam prejuízos à saúde

Em 19 de agosto, foi divulgado que o terreno de uma fábrica de automóveis desativada na cidade de Sorocaba (SP) tornou-se garimpo a céu aberto. De acordo com o toxicologista da Universidade de São Paulo, Fernando Barbosa Júnior, pelo menos cinco metais tóxicos estão presentes no terreno, além do chumbo, cádmio, arsênio, alumínio e cromo. A contaminação por esses metais pode gerar doenças cardiovasculares, hepáticas e do sistema nervoso. Em 2017 a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), divulgou um laudo que indicava a contaminação do solo na área da fábrica, mas nada foi feito. Outra situação de contaminação por metais pesados no Brasil é na cidade de Barcarena (PA). No dia 02 de agosto, foi noticiado que um novo laudo do Instituto Evandro Chagas reforça o uso do minério de bauxita pela empresa norueguesa Hydro Alunorte e chama atenção ao risco da liberação do minério a partir de processos intempéricos ou etapas de lixiviação. Ainda de acordo com o laudo, a bauxita pode causar vários problemas ambientais e à saúde da população. O caso do vazamento em fevereiro deste ano ainda está sendo investigado por uma Comissão de Inquérito Parlamentar. No Peru, a cidade de Cerro de Pasco é considerada uma mina a céu aberto. A BBC divulgou que o nível de metais pesados no solo e na água da cidade são elevados e têm causado sérios problemas à saúde na população. O governo peruano já decretou estado de emergência na saúde pública em Pasco três vezes e, em 2008, o Congresso aprovou uma lei para mudar a cidade inteira de lugar. A empresa que opera a mina da cidade é a Volcan, da qual a anglo-suíça Glencore é a principal acionista. Apesar da lei aprovada pelo Congresso, o governo peruano não entende que a contaminação por chumbo seja em razão da mineração.

Fontes: [Revista Mineração e Sustentabilidade](#), 02/08/2018; [BBC](#), 16/08/2018; [G1](#), 19/08/2018; [G1](#), 24/08/2018.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

